



Sociedade e Estado

ISSN: 0102-6992

revistasol@unb.br

Universidade de Brasília

Brasil

Calhoun, Craig; Wieviorka, Michel

Manifesto para as ciências sociais

Sociedade e Estado, vol. 30, núm. 3, septiembre-diciembre, 2015, pp. 597-627

Universidade de Brasília

Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339943517002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Manifesto para as ciências sociais*

Craig Calhoun
& Michel Wieviorka**

Se os pesquisadores em ciências sociais de todos os países se unissem, acima de suas inumeráveis diferenças, o que seria de seu comprometimento? Que causa mereceria o risco de seu engajamento?

A resposta é simples, pelo menos em teoria. Esse sentido, essa causa têm a ver com a verdade. A verdade sobre a vida social. Aparentemente ingênua, essa resposta não está mais na moda, mesmo se, de fato, trata-se da verdade. Esta nunca está assegurada, pode variar de acordo com o ponto de vista de quem a expressa em infinitos matizes, nas mais variadas linguagens. Embora seja legítimo criticar quem pretenda à verdade absoluta, não podemos questionar essa busca sem fim de um entendimento honesto de conhecimentos fundamentados.

Os pesquisadores em ciências sociais são apaixonados pelo saber, são cientistas que pretendem produzir conhecimentos precisos, rigorosos, são também humanistas preocupados em entender toda a diversidade da vida social, suas transformações históricas, suas peculiaridades culturais. Em luta contra os preconceitos e o senso comum, contra as ideologias políticas e as orientações disseminadas pelos gurus das finanças, deslindam e tornam a realidade compreensível. Eles acreditam que o conhecimento é útil, pois aumenta a capacidade de ação, contribui para as transformações positivas da sociedade.

Às vezes, entre os pensadores sociais, o cinismo ou o pessimismo triunfam sobre as aspirações por um mundo mais justo, mais solidário e sobre os valores morais do humanismo. Todavia, será que as ciências não existem justamente porque a análise das ações, das instituições, das relações sociais, das estruturas pode ajudar a construir um mundo melhor? Mesmo os mais conservadores reconhecem a existência de pressões para mudanças e admitem que o que existe não limita o que poderia ser ou vir a ser. Devemos muito àqueles que, no século XIX, preocupavam-se com a crise das antigas instituições, da família, da Igreja, abaladas pelo crescimento dos mercados, com a primazia do interesse pessoal e da concentração de poder no âmbito do Estado. Da mesma forma, devemos muito ao movimento operário quando recusou a ideia segundo a qual as desigualdades sociais eram inevitáveis. Por fim, devemos

* Tradução do “Manifeste pour les sciences sociales”, publicado na revista *Socio*, n. 1, p. 3-38, Mar. 2013 <<http://socio.hypotheses.org/147>>, publicação da Maison des Sciences de l’Homme, autorizada pelos autores e por *Socio*. Tradução de Bruno Guérard.

** Craig Calhoun, sociólogo norte-americano, é diretor da London School of Economics e catedrático do Colégio dos Estudos Mundiais, curso “Cosmopolitanism and solidarity”. Michel Wieviorka, doutor em ciências humanas, é diretor da Fundação Maison des Sciences de l’Homme” e coordenador de pesquisas da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess).

muito também aos pensadores radicais que demoliram as análises conservadoras e revelaram como o capitalismo produzia mudanças, revolucionava a tecnologia, desnor-teava os indivíduos, os tirava de suas comunidades com a promessa de empregos em paragens mais ou menos longínquas.

As ciências sociais não podem ser reduzidas a ideologias políticas, pois identificam realidades suscetíveis de estremecê-las; elas consideram que o mundo foi moldado pela ação do homem, que ele se tornou o que é graças à criação e à renovação de instituições humanas e que, conseqüentemente, ele pode ser transformado. As ciências sociais consideram ainda que a ação se torna mais eficiente com as análises e as investigações empíricas que oferecem, sem, no entanto, subestimar as conseqüências indesejadas da própria ação, considerada não somente como fato isolado, mas como algo acontecendo dentro de sistemas e de inúmeras relações no seio das quais está confinada, tal como em sua capacidade em cunhar estruturas sociais capazes de resistir à mudança.

De fato, os cientistas sociais têm dificuldade em ser tão precisos quanto químicos ou engenheiros, em razão da complexidade, da diversidade cultural e da flexibilidade histórica do mundo social, mesmo se isso não os exima de clareza.

As ciências sociais podem buscar os conhecimentos necessários para melhor pensar a ação, até mesmo para vislumbrar os seus efeitos intencionais em relação, por exemplo, aos movimentos sociais, à política, ao poder público, à empresa, ao mundo dos negócios ou até mesmo às ONGs. E podem fazer muito mais e bem melhor, comunicando e divulgando os seus resultados, afirmando-se cada vez mais como “públicas” em suas orientações, atingindo um número sempre maior de pessoas, continuamente embasadas em conhecimentos produzidos por elas próprias e acelerando sua renovação, pelo menos é isso o que pensamos.

Hoje, as ciências sociais estão presentes em quase todo o mundo, com autonomia suficiente para desenvolver análises originais, abarcando tanto a globalização como as especificidades locais ou nacionais. Todavia, elas nem sempre têm a poder ou a capacidade de abordar e fazer frente aos problemas no calor dos acontecimentos, no momento mesmo em que irrompem. De fato, elas demonstram frequentemente certa hesitação em relacionar uma visão geral, muito teórica, com conhecimentos limitados, empíricos, resultados de pesquisas de campo. Essa constatação remete ao primeiro desafio que originou este manifesto: como melhorar a afirmação da capacidade das ciências sociais quanto à articulação de resultados precisos com preocupações e objetivos mais amplos?

Como entender o mundo de hoje, como preparar o amanhã, como conhecer melhor o passado e projetar-se para o futuro? Essas perguntas não podem mais ser feitas aos clérigos de ontem, aos padres de uma religião, qualquer que seja, e a figura clássica do intelectual, tal como se impôs desde os iluministas até Jean-Paul Sartre, também está em declínio. Talvez mesmo já tenha ficado definitivamente para trás.

Porém, se houver necessidade de propor referências, orientações, rumos, as sociedades contemporâneas não ficarão tão desorientadas, pois, graças às ciências sociais, dispõem de um formidável acervo, de numerosos e variados instrumentos capazes de produzir rigorosos saberes e de oferecer uma profícua luz para todos os atores da vida coletiva, elevando sua capacidade de pensar e, conseqüentemente, de agir.

Os desafios

Inicialmente, as ciências sociais eram quase totalmente dominadas por alguns países ocidentais. Como o mostrou Wolf Lepenies, elas nasceram na Europa, organizando-se essencialmente no âmbito de três grandes culturas – a alemã, a francesa e a britânica (Lepenies, 1985). Em seguida, desenvolveram-se de forma admirável na América do Norte, para depois conquistarem outras partes do mundo, e mais particularmente a América Latina. Hoje, elas não apenas conquistaram o mundo como o Ocidente perdeu a sua liderança praticamente absoluta na produção de seus paradigmas.

De agora em diante, as ciências sociais estão “globalizadas” e, em vários países, os pesquisadores tornaram-se capazes de propor novas abordagens, de colocarem novos desafios, novos objetos. Obviamente, as influências, as modas ainda advêm, na maioria das vezes, de alguns países “ocidentais”, que continuam a exercer sua liderança intelectual. Aliás, a maioria das “estrelas” de suas disciplinas são oriundas dessas regiões. Entretanto, assim como na Europa, na Ásia, na África, na Oceania e nas Américas, os pesquisadores afirmam sua capacidade em definir de forma autônoma seus objetos, seus campos, seus métodos, suas vertentes teóricas, sem necessariamente depender do Ocidente. Não são meros seguidores, mas tampouco ficam à parte dos grandes debates internacionais, escondendo-se atrás de bandeiras nacionais ou regionais. Na China, no Japão, na Coreia, em Cingapura ou em Taiwan, por exemplo, o melhor das ciências sociais recusa toda e qualquer limitação dos paradigmas concernentes à Ásia ou a cada um desses países. Mesmo afirmando uma vinculação local ou nacional, elas participam do movimento mundial de ideias. Assim, um movimento complexo: os *subaltern studies*, antes de serem divulgados, notadamente nos Estados-Unidos, nasceram nos anos 1980 na Índia, sob a provocação do historiador Ranajit Guham e foram defendidos por um grupo fortemente

influenciado pelo marxismo de Antonio Gramsci, rompendo com a historiografia britânica do colonialismo, mas também com o marxismo clássico.

O engajamento

No âmbito das ciências sociais, a falta de objetivo ou de pensamento global não é apenas teórico. O problema consiste muito mais em vislumbrar perspectivas gerais que permitam, além de sua diversidade, a integração das diferentes vertentes que elas poderiam propor, ou pelo menos a definição de um cenário, de pontos de referência transcendendo experiências típicas, numa linguagem comum. Tudo tem a ver com sua relação com a vida coletiva, com a política, sejam elas nacionais, internacionais, regionais, com a história em construção e as grandes mudanças que acontecem. Por essa perspectiva, os pesquisadores em ciências sociais assemelham-se aos atores do cenário social, cultural, econômico ou político.

Nem todos se recusam a aceitar comprometimentos, ao contrário, conforme ficou demonstrado com a adesão à ideia de “*public sociology*” defendida por Michael Burawoy, ou de seus desdobramentos com a “*public anthropology*”, por exemplo. Porém, aqueles que podem fazê-lo não o querem ou, ao contrário dos modelos do passado, não aceitam o papel de intelectuais orgânicos junto a forças políticas ou sociais, até mesmo de conselheiros do Príncipe. Admitem, contudo, atuar no espaço público, mas sob a condição de fazê-lo apenas como produtores de um saber científico. Não querem ser os ideólogos dos novos tempos e não confundem seu papel com aquele de *expert* ou consultor. Temos de reconhecer a possibilidade de um comprometimento das ciências sociais e, conseqüentemente, da atuação dos pesquisadores na vida da *Urbs*.

Sociologia e ciência(s) social(is)

Os autores deste manifesto são sociólogos e têm consciência plena do risco que correm quando falam de ciências sociais: embora esse texto seja consagrado sobretudo à sociologia, seu conteúdo, sob muitos aspectos, concerne ao conjunto das ciências sociais. O fato de sermos provenientes de culturas científicas nacionais diferentes, no caso americana e francesa, não facilitou nossa produção escrita conjunta, foi o que constatamos de imediato e mais precisamente com a expressão “ciência social”, pois os franceses a preferem no plural e os anglo-saxões no singular – mas é bem verdade que Émile Durkheim ele mesmo já a empregou no singular e que o plural também se encontra na literatura em língua inglesa.

Seria um erro considerar nossas propostas como uma tentativa de golpe hegemônico e de tirania de nossa disciplina sobre as ciências mais próximas. Em suma,

partimos do que conhecíamos melhor, com a esperança de que nossas análises sensibilizassem não apenas aqueles que se interessam pela sociologia e suas contribuições, mas também aqueles que produzem e difundem conhecimentos no campo ampliado das ciências sociais ou de seu público.

É bem verdade que a sociologia pode muito bem ficar para trás em relação a outras disciplinas. Ela, às vezes, é acometida por uma espécie de patologia, um sombrio complexo em relação às “verdadeiras” ciências que os sociólogos deveriam então imitar, ou em relação à filosofia e aos filósofos que têm maior prestígio intelectual. Assim, nos Estados Unidos dos anos 1950, assistiu-se à derrota daqueles que estudavam, em Chicago, os problemas sociais, para aqueles que estavam empenhados na produção da “grande teoria” – Talcott Parsons –, assim como da pesquisa puramente empírica – Paul Lazarsfeld.

Os anos 1960 foram os anos dourados dos sociólogos, pois a sociologia espalhou-se mundo afora, tornou-se pública e crítica – mais crítica do que construtiva, é verdade – presente nos debates públicos. Esse período ficou para trás. Hoje, o que importa não é pensar sobre a hegemonia dessa ou daquela disciplina, mas na capacidade de articulação, sem amálgamas, de diferentes abordagens próprias às diferentes disciplinas das ciências humanas e sociais, e mesmo de outros campos do conhecimento.

E, se for preciso delinear uma certa unidade nas ciências sociais, não para que se dissolvam em um *melting pot* no qual cada uma perderia suas especificidades, mas para reconhecer que devem trabalhar em grande harmonia, isso promoveria evoluções importantes que as universidades, construídas sobre os pilares das disciplinas, recusam-se a acolher. A lógica das instituições universitárias consiste em reforçar o domínio das disciplinas. Assim, um jovem doutor que gostaria de seguir carreira na encruzilhada de duas ou várias disciplinas corre o risco de ser marginalizado por cada uma delas e de não encontrar espaço.

As distinções clássicas entre as disciplinas têm uma história de aproximações e de afastamentos. Émile Durkheim ou Marcel Mauss, por exemplo, eram ambos sociólogos e antropólogos. A *École des Annales* trouxe a disciplina história para o núcleo das ciências sociais, mas, em muitas universidades, essa disciplina afastou-se delas. Foi-se o tempo em que havia uma divisão dos trabalhos, os sociólogos ficando com as sociedades modernas ocidentais e os antropólogos com tudo o que era longínquo no tempo (com o folclore visto como manifestação de práticas tradicionais que sobreviveram à modernidade) e no espaço (com as sociedades “primitivas”). Atualmente, a antropologia estuda as sociedades que antigamente eram do campo da sociologia e vice-versa, a diferença está diminuindo e todos colocam em prática

categorias cada vez mais idênticas e métodos sem grandes diferenças, salvo quando se trata de um passado e de tradições peculiares.

Nos anos 1950, a sociologia, talvez mais do que outras disciplinas, parecia capaz de enfrentar com sucesso os desafios que ainda nos afetam hoje. Com o funcionalismo, ela sustentava uma integração de suas ferramentas teóricas – a partir da síntese parsoniana –, no intuito de conciliar notadamente os pensamentos de Émile Durkheim e de Max Weber. E se o funcionalismo foi criticado, era certamente em razão de outras grandes abordagens, eventualmente mais sensíveis às pesquisas de campo, mas com escopo bastante geral, como no caso da Escola de Chicago.

Nos anos 1960 e 1970, o funcionalismo perdeu sua força enquanto, nos Estados Unidos, o movimento estudantil e a contestação contra a Guerra do Vietnã abalararam a imagem de uma sociedade construída sobre valores, normas, esperanças e obrigações estabelecidos. Essa conjuntura levou Alwin Gouldner a intitular seu livro: *The coming crisis of western sociology* (1970).

Esses anos foram também os de diferentes eventos bem-sucedidos, tendo em vista o engajamento dos pesquisadores, sua participação intensa na vida pública, seja ao lado dos movimentos sociais, do movimento operário, seja no âmbito de ações mais políticas, mesmo revolucionárias. Existia, então, além da capacidade de propor modos de integração, a exemplo do ambicioso constructo de Talcott Parsons, uma vontade em contribuir ao debate público. Esse engajamento dos estudantes, dos pesquisadores e dos professores em ciências sociais tinham vertentes fortemente críticas, às vezes radicais, ligadas, por exemplo, a Herbert Marcuse e a Escola de Frankfurt, ou a um marxismo renovado sem o controle dos dogmas oficiais vindos de Moscou. Isso foi o paradoxo de uma época na qual os estudantes e os pesquisadores se mobilizavam ativamente dentro do espaço da vida pública, reivindicando uma relação com o estruturalismo e suas mais variadas vertentes antropológicas (com Claude Lévi-Strauss), psicanalistas (com Jacques Lacan), marxistas (notadamente com Louis Althusser), neomarxistas (Pierre Bourdieu) ou explicitamente não marxista (com o Michel Foucault). Essas formas de pensar, que representavam então os grandes nomes da *French theory*, demonstravam a impossibilidade de mudanças reais e desqualificavam a ação coletiva. Eles denegavam toda e qualquer importância à subjetividade dos atores, reduzindo a vida social a mecanismos, instâncias ou estruturas mais ou menos abstratos; embora, ao mesmo tempo, fossem defendidos por intelectuais que desejavam transformar o mundo e que, sem compartilhar de uma visão única, comunicavam-se entre si, construindo uma espécie de linguagem comum, atenta ao que acontecia na vida política e social, tanto dos Estados-nações como do planeta como um todo.

Essa época não foi tão dourada para as ciências sociais e não está tão certo que tenham deixado muitas obras importantes. Marcou, certamente, tanto o início do processo de fragmentação das disciplinas como o comprometimento com a vida da *Urbs*. É preciso acrescentar que esses comprometimentos aproximaram pesquisadores e estudantes em ciências sociais com outras percepções intelectuais e profissionais, como aquelas dos arquitetos, dos urbanistas ou dos trabalhadores sociais.

Lembrar tudo isso não implica em saudosismo ou vontade de voltar ao passado; trata-se apenas de uma forma de fundamentar nossa reflexão. Os anos 1960 representam o apogeu das ciências sociais clássicas, com uma integração e uma mobilização máxima dentro das esferas públicas. A partir de então, surgiu uma mutação permeada pela decomposição da maioria dos paradigmas disponíveis, a fragmentação das orientações teóricas, certo relativismo e um desencajamento dos pesquisadores, seguido por uma renovação ou pela invenção de novas abordagens e um retorno progressivo para a “grande teoria”, desejo de universalização e forte sensibilidade quanto ao tema da importância da pesquisa em ciências sociais na esfera pública.

Um novo espaço intelectual

Entre as mudanças que levam as ciências sociais a alterar suas abordagens, as mais espetaculares podem ser resumidas de forma muito prática por duas expressões: a globalização, por um lado; o individualismo, por outro. Duas lógicas a balizarem o espaço restrito no âmbito do qual a pesquisa pode avançar.

A palavra “globalização”, *lato sensu*, inclui dimensões econômicas, mas ainda dimensões culturais, enfoques religiosos, jurídicos etc. Atualmente, vários fenômenos abordados pelas ciências sociais são “globais” ou suscetíveis de serem analisados por esse viés. Essa evolução é um processo do qual se percebe a grandeza em situações especiais, em eventos particulares – os atentados de 11 de setembro de 2001, por exemplo. O “9-11” marcou as opiniões públicas do mundo, o início da era do “terrorismo global”, que de fato havia começado em meados dos anos 1990. Essa mutação obriga-nos a ler a história, e a história que se realiza, a política, a geopolítica, a guerra, tanto quanto a religião, os fenômenos migratórios, a justiça, os novos movimentos sociais ou essas novas identidades que adotam perspectivas não mais etnocêntricas, exclusivamente focadas nos paradigmas do Ocidente ou que reduzem tudo ao prisma do Estado-nação.

Assim, a guerra mudou, talvez também o nosso olhar sobre a guerra, o que leva os historiadores, ao examinarem outros períodos históricos, à revisão de suas análises. A guerra atual não é apenas, e é mesmo cada vez menos, um enfrentamento entre Estados-nações que, conforme demonstrou Mary Kaldor (2006), é um acontecimen-

to que surgiu entre os séculos XV e XVIII. Ela mobiliza um leque enorme de atores além dos exércitos regulares: empresas privadas, ONGs humanitárias, correspondentes de guerra. Envolve também organizações internacionais, as Nações Unidas, a Organização da Unidade Africana, a União Europeia, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, entre tantas outras. E, o terrorismo, “global” ou localizado, as guerrilhas, os enfrentamentos ditos “assimétricos”, os massacres étnicos moldam a paisagem da violência que se tornou infraestatal, supraestatal, infrapolítica e metapolítica. O dentro e o fora dos Estados não são mais dois espaços nitidamente diferenciados, como se a defesa (em relação ao exterior) e a segurança (em relação ao interior) estivessem fazendo parte de uma mesma e única lógica, como se fossem totalmente emaranhadas. O terrorismo, por exemplo, não seria doravante uma ameaça interna e externa, mobilizando tanto as forças policiais (internas) quanto o exército ou a diplomacia (externa)? Tudo isso se reverte em um convite que não apenas nos leva a refletir sobre a guerra atual a partir de novas categorias, mas também a revisitar a narrativa da história clássica. Aquela, por exemplo, que relata a guerra para a construção dos Estados-nações da Europa do século XIX, história narrada em separata das aventuras coloniais e imperiais, como se tais façanhas fizessem parte de uma história outra, de uma categoria não convencional, não compreendida como guerra.

A globalização obriga a afastar esquemas de pensamentos relacionados ao “nacionalismo metodológico” criticado por Ulrich Beck (2004). Não se trata de um fenômeno homogêneo capaz de dissolver todos os particularismos. O mundo atual é multipolar, composto das antigas potências, mas também dos países emergentes – que não se resumem apenas aos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Outrora, os sociólogos desenvolviam suas pesquisas no âmbito do Estado-nação, com eventuais comparações entre países compreendidos dessa forma, e abandonavam a problemática do Estado às ciências jurídicas e políticas. Às vezes, interessavam-se pelas relações internacionais. Depois, a questão política entrou fortemente no espaço intelectual da sociologia, as fronteiras entre concepções peculiares às ciências políticas e jurídicas e outras conexas à sociologia ficaram mais fracas, falou-se até em sociologia política. Hoje, um dos desafios mais decisivos consiste em fazer com que as ciências sociais, e mais precisamente a sociologia, incluam as mudanças do mundo que devem também ser pensadas de forma “global”.

A globalização obriga-nos a analisar os fatos sociais a partir de suas dimensões mundiais. No entanto, é preciso também olhar para o outro lado e enfrentar um fenômeno tão importante quanto a globalização, embora mais difuso, e que modificou e modificará ainda mais o trabalho das ciências sociais: o crescimento do individualismo, em todas as suas dimensões. A propagação do individualismo levou a pesquisa a interessar-se pelas teorias da escolha racional e, mais recentemente, e

de forma muito mais frequente, pela subjetividade dos indivíduos. Isso enfraqueceu as abordagens holísticas e constitui uma das maiores manifestações, ou talvez a principal razão da falência das abordagens estruturalistas, desde meados dos anos 1970. Ademais, trouxe um novo olhar sobre tudo o que está relacionado ao corpo.

O corpo, com isso, deixou de ser o que era nas abordagens dos anos 1960, ou seja, o corpo consumido pelo colonialismo, desgastado pelo trabalho nos campos ou na indústria e pela exploração, a superexploração e as más condições salubridade ou nutrição. O corpo torna-se agora, ou volta a ser indissociável do espírito, é considerado como dimensão essencial da personalidade, no que e pelo que esta se manifesta, se governa e se completa por meio dos esportes, da dança, das artes marciais, e ainda das tatuagens, dos piercings, da malhação, da cirurgia plástica.

A libertação dos corpos começou nos anos 1960, quando as mulheres militavam pelo direito ao aborto, contra a violência dos homens e o estupro, no momento em que afirmaram: “nosso corpo é nosso”, num contexto em que a música dos jovens, o rock, a informalidade do vestuário e o triunfo da calça jeans começavam a marcar os espíritos. O corpo pode também representar um sujeito frágil ou devastado, percebido na anorexia e na obesidade, ou até nas polêmicas sobre o fim da vida, os excessos terapêuticos, a eutanásia, os tratamentos terapêuticos alternativos. O corpo pode ser o alvo de ataques físicos, mas também simbólicos e imaginários, com a propaganda ou a pornografia, as mulheres sendo as primeiras vítimas desses fenômenos. Não faz muito tempo, Theodor W. Adorno surgia como apreciador da música voltada para a mente – Arnold Schoenberg – e como crítico impiedoso do jazz que, segundo afirmava, se afastava desse princípio. A contemporaneidade não dissocia mais corpo e mente, consequentemente, as análises de Adorno sobre a música teriam com isso perdido seu fundamento.

Os níveis e suas articulações

Ontem, Michel Crozier e Ehrard Friedberg, dentre outros, convidavam-nos a sistematizar no terreno da análise, em consonância com o título de sua obra, *O ator e o sistema* (1977). Atualmente, a articulação continua tão necessária como antes, mesmo se os níveis são bem mais extensos, passando do mundo e das lógicas globais para o indivíduo em sua subjetividade, o que constitui um campo muito mais intrincado de análise, que se limitava outrora ao ator social e aos sistemas dos conjuntos integrados sociedade/Estado/nação. Para as nossas disciplinas, o desafio consiste em chegar a tempo para esse novo encontro.

Se a influência de C. Wright Mills foi considerável, pelo menos nos Estados Unidos, não foi apenas porque o autor elaborou uma crítica ferrenha ao funcionalismo e chamou a um engajamento dos sociólogos, e sim por sua proposta de distinção e articulação dos níveis de análises, uma transição do pessoal, do biográfico para o geral, o político, para a história: *“Neither the life of an individual nor the history of a society can be understood without understanding both”*, escreveu (Mills, 1959). Meio século depois, quando os desafios se tornaram “globais”, planetários, e isso não apenas no que respeita às sociedades, como ficaram as ciências sociais em relação a esta exigência? Seriam elas capazes de evitar duas armadilhas: a da fragmentação que leva ao relativismo, e a da fusão de registros ou de níveis, que na maior parte das vezes leva a um universalismo abstrato?

A fragmentação dos saberes

Vários trabalhos em ciências sociais têm um alcance limitado, o que é deliberado, pois têm por objetivo a descrição de um fenômeno, de uma problemática, de uma situação, um evento, uma interação ou uma contribuição para o conhecimento das únicas causalidades do fenômeno, do problema, da situação etc., permanecendo assim afastados de qualquer ambição de síntese ou de generalização. Por exemplo, muitos se interessam por questões bem definidas e tentam acrescentar valores às análises já existentes. Assim, as grandes revistas de sociologia e de antropologia apresentam inúmeros artigos propondo aperfeiçoamentos na compreensão de um fenômeno determinado, acrescentando apenas uma nova variável explicativa que destacará um novo enfoque em relação à explicação anterior. Aqui, o saber apresenta uma vantagem cumulativa, mas não foi feito para se tornar geral, pois ele permanece circunscrito a uma problemática precisa, sem ligações com preocupações gerais. Além do mais, embora enriquecedor para a mente, esse tipo de trabalho raramente apresenta utilidade social ou contribui ao debate público. Ele apenas legitima o seu autor para quem a regra do jogo continua sendo *“publish or perish”*, talvez seja discutido pelos pares, talvez seja objeto de uma comunicação em um congresso ou colóquio. Ele tem a ver com uma divisão do trabalho no âmbito do qual esforços partilhados, limitados não participam nem de um projeto ou de uma visão conjunta, nem de um uso social da produção em ciências sociais.

Uma pesquisa rigorosa implica esforços quanto à definição do objeto e do questionamento, que devem corresponder ao que um pesquisador, ou uma equipe, consegue empreender razoavelmente em relação ao esclarecimento das hipóteses e das orientações teóricas que sustentarão o trabalho, à escolha do método e das técnicas apropriadas para o seu desenvolvimento. Todavia, como evitar a hiperespecialização e suas consequências, a logorreia metafísica ou ideológica, o ensaísmo substituindo o pensamento e a teorização? Como tornar algo mais geral sem perder a precisão

da análise? As ciências sociais são hoje capazes de enfrentar esse grande número de questões. Elas parecem sofrer uma pulverização, não tanto em relação aos paradigmas ou às grandes vertentes teóricas, mas entre as famílias de objetos em foco – o que leva a um relativismo que, ainda nos anos 1990, já preocupava Irving Horowitz (Horowitz, 1993): o universalismo da razão não estaria se dando por vencido diante das especializações de cada campo, provocando o isolamento dentro de sua própria área de conhecimento, sem qualquer comunicação com o conjunto da disciplina, sem falar do isolamento em relação às demais? O espetáculo das grandes livrarias universitárias frequentemente confirma esta impressão: a estante “sociologia”, nas *bookstore* dos Estados Unidos, é vazia, empoeirada, enquanto as prateleiras “*gay and lesbian studies*”, “*genocide studies*”, “*African-American studies*” etc. estão atulhadas, assim como em relação a tudo que tem a ver com as teses ligadas à pós-modernidade, que frequentemente representam a antessala desse relativismo.

De fato, a organização institucional dos sistemas universitários não encoraja a luta contra essa tendência à fragmentação, ou a perspectiva de inscrever as pesquisas em um espaço geral, no contexto de um debate ampliado, passar da monografia precisa e isolada, do enfoque sobre uma variável explicativa suplementar para uma participação do pensamento filosófico, histórico e político geral. Como visto, o problema é que na universidade, as ciências sociais são organizadas por disciplina e não valorizam a participação intelectual na vida da *Urbs*, e sim a integração científica no universo profissional acadêmico.

No entanto, o “sistema” ou as instituições não podem ser culpabilizadas por tudo; os próprios pesquisadores têm suas responsabilidades, que aparecem de forma mais agudas quando devem definir o que é ou o que poderia ser o seu papel social.

Ser pesquisador em ciências sociais?

Desde o século XIX, existe um debate tempestuoso para saber até onde é possível considerar ciências disciplinas como a antropologia ou a sociologias, e, se for o caso, distingui-las das ciências “exatas”, também chamada de ciências “duras”. De Wilhelm Dilthey a Immanuel Wallerstein (1996), uma forte tradição intelectual marca a diferença entre as “ciências do espírito” e as ciências da natureza. Essa tradição insiste sobre a reflexividade que as primeiras trazem, sobre a importância que há em cuidar da história na análise dos fatos humanos e sociais e em não deixar de lado um ponto essencial sobre o qual o relatório Gulbenkian (Wallerstein, 1996) insiste: o específico das ciências humanas e sociais, também conhecidas como ciências do homem e da sociedade (o que amplia o leque em relação à expressão “ciências sociais”) consiste em ter por objeto seres humanos, o que se disse sobre eles e como são suscetíveis de reagir.

Vislumbra-se agora um ponto de partida muito sólido que reconhece o caráter científico das disciplinas das “ciências humanas e sociais” – ou “ciências do homem” – e, ao mesmo tempo, se enfatiza suas peculiaridades. Esse ponto não deveria ser jamais esquecido: se os pesquisadores em ciências sociais têm qualquer legitimidade para intervir no espaço público, não é apenas porque são, na maioria das vezes, professores ensinando a estudantes. Embora essa função seja capital, ela difere da atividade específica de pesquisador que deve levar à produção de conhecimentos. Seu ofício aproxima-se dessa última propriedade quando o professor/pesquisador prepara os seus estudantes para a pesquisa, sobretudo se essa formação tem implicações práticas muito fortes, por exemplo com a pesquisa de campo. Mesmo assim não podemos confundir a produção de conhecimentos com outras atividades.

Essa produção, com seus critérios específicos, evidencia a atividade científica. Sobre muitas questões relacionadas às ciências sociais, todo mundo emite rapidamente uma opinião, um ponto de vista, por vezes certezas, sem a necessidade de apresentar alguma competência ou algum saber específico. Ademais, existe uma forte tendência, em várias sociedades, de promover um anti-intelectualismo que atinge plenamente as ciências sociais, acusadas de serem inúteis ou, ainda pior, no espectro da retórica populista, de participarem da dominação das elites sobre as camadas populares. A contribuição das ciências sociais não consistiria em ir além das aparências, do dia a dia, das representações, para propor análises estruturadas, competentes e conscientes de suas limitações?

Uma de suas características importantes decorre de suas relações com a opinião pública, com diferentes atores sempre suscetíveis de julgar suas contribuições. Uma especificidade da participação dos pesquisadores em ciências sociais na vida coletiva se deve ao fato de que ela difere da opinião corrente, embora eles estejam em contato com formadores de opinião. O seu trabalho está necessariamente baseado em resultados de pesquisas que obedecem a regras científicas próprias a cada uma das disciplinas. Consequentemente, não deveriam ser colocados no mesmo plano que as opiniões ou os saberes espontâneos, embora esses certamente sejam merecedores de consideração.

É preciso diferenciar o cumprimento de regras rigorosas com a validade ou a pertinência dos resultados obtidos pelos pesquisadores. No primeiro caso, é o meio profissional que deve atestar se uma pesquisa, um estudo, um inquérito responde às normas e exigências normativas e deontológicas da disciplina em que foram desenvolvidos, e se foram conduzidos de forma rigorosa. Para isso, é necessário que esse meio não seja fragmentado em partidos e seitas que se excluem uns aos outros, ele deve ser capaz de assegurar a unidade das disciplinas consideradas e, ao mesmo tempo, reconhecer a diversidade das orientações teóricas das abordagens, dos mé-

todos, dos objetos, deixando fluir a inovação e a originalidade. Por exemplo, cada país tem seus assuntos “impróprios”, considerados sem interesse, ou até indignos de pesquisa, o que leva à marginalização dos audaciosos que, mesmo assim, gostariam de escolhê-los como objeto de suas teses ou pós-doutoramentos, combatendo mesmo sua oportunidade de obtenção de um cargo ou uma promoção.

A validade ou a pertinência de uma pesquisa fomenta outros problemas ainda mais delicados, pois não basta um estudo, uma investigação, uma observação participante etc. ter sido conduzido com todo o rigor para que se possa afirmar que seja pertinente. O método aplicado a uma pesquisa não permite atestar sobre sua qualidade ou sua utilidade social. Os que fetichizam o método – pela escolha das técnicas, pelo rigor de sua aplicação – correm o risco não alcançar o essencial da investigação, o conteúdo intelectual da contribuição, o interesse de suas hipóteses e de suas afirmações, bem como de suas dúvidas. Neste caso, o teste não poderia vir do meio profissional da pesquisa, pelo menos não exclusivamente. Ao admitirmos que a produção das ciências sociais tem uma utilidade social baseada em sua contribuição científica, então temos de reconhecer que sua pertinência está no que será feito dessa contribuição em outros campos que não o seu.

Tudo isto traz à tona a questão da avaliação. A pesquisa em ciências sociais tem um custo, financiado pelo poder público, por organizações internacionais, por instituições privadas, sobretudo por fundações. Os pesquisadores devem legitimamente prestar contas e umas das funções da avaliação é permitir essa apreciação, embora ela tenha outras funções. De fato, ela contribui também à organização das carreiras, ao bom funcionamento das universidades e outros organismos de ensino superior e de pesquisa. Frequentemente, os pesquisadores em ciências sociais criticam não apenas o princípio da avaliação como ainda as suas modalidades. Criticam seu caráter normativo que poderia constituir um encorajamento ao conformismo; estão preocupados pela influência dos juristas, dos burocratas ou dos tecnocratas que mais se preocupam em aplicar os mesmos critérios de avaliação empregado nas pesquisas médicas ou biológicas. Às vezes, estão também preocupados com o julgamento da autoridade que subjugam a pesquisa para colocá-la a serviço de atores particulares – as grandes empresas, por exemplo. Como conciliar a necessária liberdade dos pesquisadores, o reconhecimento do caráter fundamental das dimensões críticas da pesquisa com a ideia segundo a qual ela deve estar necessariamente posta a serviço de todos, do bem comum, da capacidade de ação da sociedade sobre ela própria, portanto, deve submeter-se aos expedientes da avaliação?

Ciências sociais e democracia

As ciências sociais mantêm uma estreita ligação com a democracia e os valores humanistas. Isso não quer dizer que um saber social não é possível fora desse vínculo, mas que uma relação com público só é possível se imperar um espírito democrático. Na falta desse, os conhecimentos se tornam inúteis ou servem para reforçar um poder autoritário, uma ideologia racista, para manipular as massas – para além do projeto que funda esse manifesto. No passado, as ciências sociais se comprometeram, vez ou outra, com regimes violentos, ditatoriais ou totalitários – o nazismo, o fascismo inspiraram-se muito dessas disciplinas para sedimentar seu domínio, às vezes com a cumplicidade de pesquisadores; e o comunismo real, embora controlador, deu-lhes uma certa legitimidade. Elas tiveram um papel mais do que notável na difusão das ideias escravistas ou racistas, basta para isso ler as primeiras edições do *American Journal of Sociology* para compreender o fenômeno. Mais recentemente, pesquisadores alçaram-se como intelectuais orgânicos dos movimentos políticos radicais e defenderam ou apoiaram ideologias que levaram ao pior dos horrores – por exemplo, uma parte da prosa marxista dos anos 1960 veio, encoberta pelas ciências sociais, legitimar formas extremas de violência. Assim, sem diminuir a força do pensamento de Michel Foucault, é importante recordar o seu interesse pelos primórdios da Revolução Iraniana ou de sua solidariedade, em companhia de Jean-Paul Sartre, em setembro de 1977, a Klaus Croissant, advogado da Fração do Exército Vermelho, ele mesmo comprometido com a causa que defendia.

As ciências sociais desenvolvem uma relação ambígua com o dinheiro. Recursos são necessários para desenvolver pesquisas, eles podem vir dos poderes públicos, direta ou indiretamente, ou de fontes privadas que são eventualmente levadas pelo Estado a apoiar atividades de interesse geral. Dentro de uma democracia liberal, o interesse pelas ciências sociais é, de fato, muito limitado, o dinheiro impera e é investido onde há possibilidade de lucro. Consequentemente, afirmar que a democracia e as ciências sociais estão em sintonia não é suficiente, é necessário precisar: as instituições da democracia devem estar abertas ao conhecimento e às disciplinas do saber que produzem as ciências sociais, as valorizem, conscientes da necessidade em investir em áreas do conhecimento com as quais a rentabilidade econômica de curto prazo não é regra. O neoliberalismo, enquanto ideologia e prática, é em sua essência antissociológico, seu fracasso com a crise de 2007 deveria anunciar o triunfo das ciências sociais e do interesse que essas representam para as instituições, as relações sociais e políticas, as mediações, a ação coletiva e, de forma mais ampla, a vitalidade da sociedade civil, assim como para o papel bastante aberto do poder público. Porém, não podemos subestimar o risco de ver as ciências sociais instrumentalizadas por um poder político que buscaria bajular as tendências mais demagógicas para satisfazer nas mídias uma opinião pública por meio de pesquisas

de opinião, em vez de propor projetos políticos de longo prazo. Esses recursos são sempre possíveis e além de denunciá-los devemos formular outras propostas conformes ao espírito democrático e aos valores humanistas.

Os movimentos sociais

As ciências sociais podem, a princípio, oferecer um enfoque útil para os atores da vida coletiva. Há muito tempo que pesquisadores produzem conhecimentos sobre os movimentos sociais e a eles submetem os resultados para atestar sua pertinência e utilidade. Isto foi o caso nos anos 1960, quando as categorias poder, movimentos sociais, luta das classes, entre outras, conquistaram grande relevância nas ciências sociais e que os pesquisadores, de vários países, passaram a realizar observações participativas ou pesquisas-ação com movimentos de trabalhadores rurais, sindicatos operários ou ainda com os novos movimentos sociais que surgiram no período. Na maior parte do tempo, a pesquisa tinha dificuldade em se distanciar dos atores, correndo, com isso, o risco de entrar em uma relação fusionista, de acompanhar os atores, de apoiá-los ideologicamente ou de identificar-se com eles a tal ponto que seria difícil saber se o pesquisador produzia conhecimentos ou desempenhava papel militante. No entanto, esse laço precioso entre a pesquisa e a ação tem também, em muitos casos, contribuído para elevar o nível de conhecimento dos atores sobre si e sobre o contexto dentro do qual militavam, o que contribuía também para elevar sua capacidade de ação.

As lutas dos anos 1960 e 1970 terminaram, entraram em declínio ou se transformaram. Frequentemente, no imaginário da pesquisa, bem como no da vida política, as lutas eram vinculadas à ideia de progresso – ideia que desde então decaiu fortemente. Novas mobilizações surgiram com sentido e concepções próprias de participação individual e coletiva. Se a ideia de progresso já não é tão forte, a de justiça está muito presente, assim como todas as sensibilidades relacionadas ao respeito, ao reconhecimento e às novas concepções de participação ativa. Por exemplo, os movimentos alternativos à globalização, assim como as ONGs humanitárias ou as lutas ambientalistas, desenham protestos cujo espaço é global, mesmo se a ação é forçosamente localizada. Os estudos demonstram nitidamente que os atores são sensíveis à qualidade dos relacionamentos interpessoais ou ao reconhecimento das pessoas e das entidades coletivas. Assim, a cultura, as identidades, a memória alimentam conflitos que têm cada vez mais importância no mundo todo, enfrentamento a interpelar as nações e seus Estados. As “revoluções” que animaram o mundo árabe e muçulmano, a partir de dezembro de 2010, com a Revolução do Jasmim, na Tunísia – e até mesmo, antes, com o movimento de junho de 2009, provocado pela denúncia de manipulação nos resultados das eleições presidenciais naquele país –, indicam, ao contrário do que muitos pensam, que esse espaço não

está à margem das formidáveis transformações contemporâneas: quaisquer que sejam os resultados, e em particular no que tange à instalação de regimes islâmicos, essas revoluções são historicamente tão importantes quanto o fim das ditaduras da América Latina, nos anos 1970, ou a queda do Muro de Berlim, em 1989. E ainda: o movimento dos indignados, ou congêneres, testemunha a renovação da ação social e democrática dentro de sociedades muito diversificadas.

É provável que todas essas lutas, essas mobilizações nunca encontrem qualquer princípio de unidade e que façam referência a universos de significados fragmentados, sem correspondência. Porém, as ciências sociais podem também indagar uma futura integração no âmbito de uma conflitualidade relativamente unificada. Aliás, ao contrário de uma ideia muito simples, o movimento operário não encontrou sua unidade de imediato. No início do século XIX, na Inglaterra, e um pouco mais tarde na França e na Alemanha, ele existia de forma muito pulverizada: operários, pensadores sonhavam com utopias socialistas em pequenos conjugados ou em bares, outros tentavam fundar cooperativas ou caixas de pecúlio, outros mais participavam de greves e inventavam as primeiras formas de sindicalismo, outros poucos quebravam as máquinas que acusavam estarem destruindo as formas do trabalho pré-industrial com as quais haviam estabelecido um vínculo enquanto trabalhadores. Atores políticos, pensadores sociais começaram a falar em nome desses atores; filantrópicos, romancistas perceberam os dramas e as contendidas que rondavam o proletariado operário.

Todavia, todo esse movimento só ganharia certa unidade bem mais tarde. Estaríamos hoje, em escala planetária, diante de diversos tipos de mobilização que nos parecem fragmentados, em situação parecida com aquela das lutas operárias dos anos 1820-1830, na Europa? Amanhã, seria possível um princípio de unidade que poderia, tal como pensa Manuel Castells, fomentar o uso generalizado das redes sociais e da internet? Para as ciências sociais de hoje, poderia constituir-se em tarefa estimulante adiantar o tema de uma eventual integração das lutas e do questionamento sobre a centralidade, ou não, de vários de seus significados. Ou então de refletir sobre a capacidade dos atores em definir não apenas sua identidade como ainda os que são ou poderiam vir a ser os seus adversários e que, muitas vezes, são substituídos por mecanismos abstratos, por forças não humanas. Por exemplo, as pressões e as lutas sobre o clima e o meio ambiente, deveriam elas ter como alvo o perigo iminente, a aposta no medo que os transtornos climáticos causam, o ataque às novas tecnologias? Será que não deveriam dotar-se de uma visão clara sobre seus adversários: os industriais que poluem; os acionistas das empresas mais preocupados como os lucros a curto prazo de seus investimentos; os tecnocratas, que reforçam seus poderes manipulando as tecnologias dominadas somente por eles etc.?

As instituições

No âmbito das instituições ou de organizações, administrações, empresas privadas ou públicas – hospitais, universidades, Exército, partidos políticos etc. – as ciências sociais podem também oferecer sua competência sobre os mais diferentes temas do dia a dia, contribuindo para sua melhor compreensão. Decerto existe a possibilidade de ver essa contribuição operar apenas para a vantagem dos dirigentes, de vê-la reforçar formas de exploração, dominação ou até de alienação. Todavia, a pesquisa pode também e, sobretudo, contribuir para a transformação de uma crise, de um problema, de um conflito em permuta, discussão e negociação. Pode definir as condições que permitirão uma maior eficácia por parte da instituição pública, sem que isso leve à subjugação dos servidores; mais oportunidades de sucesso para os alunos de todos os meios sociais, por parte da escola; maior capacidade de tratamento por parte do hospital etc. A pesquisa pode evitar que uma grande empresa feche por causa das lógicas administrativas e de práticas organizacionais desastrosas.

Os pesquisadores mais críticos, aqueles que desenvolvem abordagens hipercríticas argumentarão contra a ideia de participar do estudo de problemas desse tipo, internos a uma organização, pois considerarão que se trata de um apoio às práticas de pacificação que, no final, permitirão a reprodução do domínio pelos dominantes. Esse tipo de argumentação, muito contundente em épocas de esquerdismo triunfante (na política) e de estruturalismo dominante (nas ciências sociais), ainda esteve muito vivo nos tempos do pós-modernismo, nos anos 1980, e considerava que só se justificavam as respostas aos problemas de todos os tipos se replicadas de forma radical e absoluta. Na espera da revolução, ou da crise salutar, nada pode e nada deve mudar nesta perspectiva, a não ser para pior, no sentido do acirramento das contradições.

Sair da universidade

Nos anos 1960 e 1970, as ciências sociais criticavam veementemente a sociedade de consumo, o *marketing* empresarial, a propaganda. Denunciavam a manipulação das necessidades feita por um capitalismo amoral e, às vezes, tentavam vincular esse ataque à crítica das relações de produção: o fato de forçar a compra dos produtos colocados no mercado pela indústria seria uma forma de completar o ciclo de exploração ou de superexploração dos trabalhadores e de ampliar ou de generalizar o fordismo. O pensamento social criticava, com Jean Baudrillard, *O sistema dos objetos*, lembrando as antigas análises de Thorstein Veblen que tratavam da busca desenfreada por *status* mediante um consumo ostentatório. Ao longo dos anos 1980 e 1990, essas críticas enfraqueceram e perderam o seu brilho, enquanto,

de forma paradoxal, a vida cotidiana era tomada pela propaganda e o consumo se alastrava de forma exponencial em todas as sociedades. Não seria hora de voltar à certa crítica e ao desenvolvimento de análises construtivas? Por exemplo, seria absurdo ou indecente que antropólogos, psicólogos ou sociólogos contribuíssem à concepção e ao *design* dos objetos lançados no mercado, que defendessem o ponto de vista dos usuários, dos consumidores, e não deixassem de contribuir para a definição funcional e técnica dos objetos? Que se lembrassem ainda que os produtos usados necessitam de soluções ecológicas de reciclagem?

Essas observações podem ser estendidas. As ciências sociais não têm a vocação de estarem enquadradas no espaço relativamente fechado da vida universitária. Aliás, não é ali que nasceram, eclodiram no cenário dos movimentos de reforma social ou na formação de instituições de ajuda social. Não há nada de errado para espíritos jovens, para doutorandos e jovens doutores recém-formados em busca de emprego, em contribuírem como pesquisadores longe de suas instituições acadêmicas de origem. Correm o risco, é bem verdade, de verem suas competências diminuir, de se tornarem consultores medíocres, de seguirem as diretrizes de políticas manipuladoras ou repressivas das instituições e empresas empregadoras. Entretanto, no âmbito da universidade, os riscos de degradação estão também presentes, pois uma vez investidos em um “cargo”, o professor/pesquisador pode muito bem revelar-se uma verdadeira decepção. Pode também buscar funções diferentes da pesquisa, o que é respeitável, como cargos administrativos; perderá então grande parte de seus vínculos com as ciências sociais.

Ciências sociais, mídias e política

Quando saem da vida acadêmica e dos intercâmbios científicos entre colegas, para intervirem no âmbito da política, as ciências sociais podem produzir conhecimentos e não apenas difundir-los. Com isso, desenvolvem a capacidade de análise do público com o qual estão relacionadas, mas também a dos pesquisadores que, ao confrontarem pontos de vista, perguntas, conhecimentos não produzidos por eles próprios, poderão observar os temas sob uma nova ótica.

As ciências sociais não propõem as mesmas demonstrações que as ciências da natureza; não conseguem quase nunca desenvolver experiências em laboratórios, diferentemente da psicologia social – mesmo se, de forma simétrica, as ciências da natureza não conseguem sempre experimentar, como no caso das placas tectônicas ou das mudanças climáticas. Muitas vezes, elas não conseguem encontrar na história a validação de suas afirmações, o que o Karl Marx (1997), ao citar Hegel, já sugeria mostrando que se a história se repete, a primeira vez é uma tragédia e a segunda uma piada.

As ciências sociais permitem enxergar o que não é visto, ou é malvisto. O que elas trazem aparece na relação do pesquisador com seu objeto e seu público. Às vezes, essa relação tem muito a ver com as mídias, que os pesquisadores em ciências sociais ganhariam caso as estudassem mais profundamente: as tecnologias sobre as quais se baseiam, a formidável novidade que representou a internet, muito mais do que qualquer outra tecnologia, e o funcionamento das redes que ela permite, assim como a confiança e a legitimidade que delas surgem, ou não.

Durante mais de um século, dois papéis ou figuras se sobressaíram no âmbito das ciências sociais: o “profissional”, dialogando com seus pares, publicando em revistas exclusivamente científicas e, de outro lado, o “intelectual”, participando dos debates públicos, comunicando nas mídias, em contato com a vida política. Em razão de seu *status*, de sua posição acadêmica, do respeito devido a seu trabalho, o intelectual dispunha de uma legitimidade para falar publicamente e, eventualmente, apoiar um campo político. No passado, vários deles se engajaram de forma duradora, como Max Weber, ou de forma mais pontual, como Émile Durkheim, sempre com a preocupação em separar o cientista do político. Outros, que não davam tanta importância a essa distinção, posicionaram-se de forma mais direta como atores ou ideólogos. Assim, certos pesquisadores ficaram muito próximos do poder, a exemplo de Anthony Giddens, um dos inspiradores da “Terceira via” de Tony Blair, nos anos 1990, ou mesmo de Fernando Henrique Cardoso, influente sociólogo como presidente da Associação Internacional de Sociologia (1982-1986) antes de ser eleito e tornar-se presidente do Brasil, em 1995.

As ciências sociais e a política

As ciências sociais não são necessariamente de esquerda e muitas figuras importantes de suas disciplinas expressaram um forte tropismo em relação à direita, e até mesmo à reação, a exemplo de Robert Nisbet (1966). De fato, segundo esse autor, as sensibilidades ou as orientações das ciências sociais representam um leque muito amplo que vai do radicalismo ao conservadorismo, passando pelo liberalismo.

Com exceção de uma instrumentalização bastante limitada, as ciências sociais não podem ser neoliberais, salvo se desejarem promover a sua própria destruição ou sublinhar a sua inutilidade. No entanto, podem ser liberais e defender a mudança, a modernização; podem muito bem ser conservadoras, sobretudo se para isso precisam defender instituições para mantê-las intocadas. Essa foi, por exemplo, a posição de Claude Lévi-Strauss.

Este manifesto inscreve-se numa tradição em que as ciências sociais contribuem com o progresso e a emancipação, com o projeto de desenvolvimento da capa-

cidade de análise e, então, de ação dos dominados e excluídos, antes de servir à modernização geral de nossas sociedades, num contexto em que os pesquisadores que poderiam sentir certa simpatia em relação à esquerda, hesitaram em aderir ao campo esquerdista, em integrar-se a suas fileiras.

Para isso, várias explicações devem ser consideradas, pois, como vimos, existe uma incompatibilidade entre a adesão como ideólogo ou intelectual orgânico, a exemplo de Gramsci, e a mobilização em relação a uma base de contribuição específica, que só pode ser científica. Os pesquisadores não aceitam mais a simples militância ao serviço de lógicas diferentes daquelas que fundam suas competências – ora, não é necessariamente o que os poderes políticos e os seus oponentes esperam deles.

Além do mais, não apenas a separação entre ética da pesquisa e da ação continua intransponível, assim como a divisão entre ética da convicção e da responsabilidade, para retomar uma oposição que se tornou clássica a partir de Max Weber, mas existe ainda uma diferença considerável entre a mensagem que o pesquisador pode transmitir e aquela que é esperada pelo responsável político. Um pesquisador que passou meses, ou até anos, produzindo conhecimentos num determinado campo precisa de certo tempo para difundir o seu saber, assim como de uma atenção zelosa e sensível quanto à complexidade e aos matizes do tema. Como ele poderia resumir em uma ou duas páginas todos os resultados de uma pesquisa ou expor oralmente em alguns minutos alguns “elementos da comunicação” que o ator político poderá retomar em seu discurso? Por outro lado, o responsável político está preocupado com a eficácia, precisa mais que o ajudem a encontrar soluções, com sugestões simples e sólidas, do que de explicações sobre a complexidade de um problema. Por natureza, a tomada de decisão política está longe dos aportes analíticos das ciências sociais e reduzir essa distância não é tarefa simples. As ciências sociais não podem oferecer respostas imediatas e elementares para as perguntas provenientes dos atores políticos, ao contrário, elas desconstroem as categorias espontâneas e propõem outras. Se elas forem úteis para a tomada de decisões políticas, isto só acontecerá em virtude de dinâmicas contínuas e tensas entre os pesquisadores e os atores políticos.

Crise da esquerda?

Todavia, outras explicações sobre essa distância entre a política e a pesquisa em ciências sociais estão relacionadas com a formatação dos sistemas políticos atuais. Isto é muito mais visível ao se tratar da esquerda. Nos anos 1960 até os anos 1970 os ideólogos revolucionários ainda eram respeitados e, para retomar a definição do Pierre Bourdieu, a “esquerda da esquerda” prosperava. Ademais, o comunismo

“real”, aquele das “democracias populares”, sustentava um modelo ainda respeitado por boa parte das esquerdas mundiais e a social-democracia constituía uma contrapartida “reformista” fortemente sustentada por poderosos sindicatos. Mas, a ofensiva liberal começou a ser personificada, durante certo tempo, por Ronald Reagan, Margaret Thatcher e os “*Chicago boys*”. Assim, as ideologias revolucionárias perderam seus charmes, sobretudo a partir do momento em que a revolução se tornava islâmica no Irã e, depois, na Argélia, perdendo boa parte de seu poder de sedução. O comunismo real desabou enquanto a social-democracia, cuja base operária ficava mais fraca, entrava em declínio: a esquerda perdia seus principais modelos, suas ideologias, de certo modo, fundadoras.

Em meado dos anos 1990, Tony Blair na Grã-Bretanha, Bill Clinton nos Estados Unidos e Gerhard Schröder na Alemanha propuseram várias versões renovadas de uma esquerda que foi denominada “social-liberal”. Entretanto, essas fórmulas se esgotaram, pelo menos na Europa e na América do Norte, sem o surgimento de modalidades de renovação. Consequentemente, os pesquisadores em ciências sociais não tiveram razão em se mobilizarem de forma ativa para ajudar as forças políticas de esquerda. Os sucessos de Barack Obama nas eleições de 2008 e 2012 nos Estados Unidos e de François Hollande em 2012 na França, assim como as evoluções na América Latina, notadamente com Lula e Dilma Rousseff no Brasil ou Evo Morales na Bolívia, têm ou já tiveram seus encantos sedutores, fenômeno parecido com o surgimento dos partidos “verdes”, ecológicos, que de forma geral tentam defender um forte tropismo de esquerda. Porém, para as ciências sociais que procuram participar da vida pública a partir dos saberes por elas produzido, a esquerda atual não é muito animadora.

Aqueles que, entre os pesquisadores em ciências sociais, gostariam de participar da construção de projetos ou de visões de esquerda, trazendo conhecimentos científicos e espírito crítico, buscam mais a sua transformação e a sua sobrevivência do que um apoio direto à esquerda. No passado, a Escola de Chicago, nos Estados Unidos, exerceu uma influência considerável e contribuiu para a difusão das ideias progressistas. Hoje, em vários países, os pesquisadores em ciências sociais participam do debate público, por exemplo sobre a imigração, o racismo, a memória de grupos que reivindicam reconhecimento: para isso, podem convidar a esquerda a difundir os seus pontos de vista transparentes e abertos. Ademais, e para afastar qualquer suspeita partidária, a pesquisa em ciências sociais pode também instruir forças democráticas além da esquerda, como acontece às vezes em relação à democracia cristã.

A coprodução de conhecimentos

Nos anos 1960, as ciências sociais mantiveram relações, por vezes intensas, com campos do saber que estavam fora de seu alcance. Assim, inúmeras e densas relações as aproximaram muito rapidamente da psicanálise, a qual interessava muito Talcott Parsons, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Norbert Elias, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse. Atualmente, ao que parece, houve um divisor de águas, porém os desafios permanecem ou se renovam, obrigando as ciências sociais a debaterem com novos parceiros que podem desempenhar o papel que a psicanálise representava há meio século, sem esquecer a possibilidade de com ela reatar laços: reconhecendo, por exemplo, a importância da irracionalidade e das emoções; abordando a complexidade da sexualidade ou dimensões mais centrais como a violência, a crueldade, o sadismo, a violência gratuita. Todos esses temas mobilizam um grande número de parceiros e companheiros intelectuais.

Com as ciências da natureza

Atualmente, as ciências cognitivas, salvo quando reduzidas à neurologia pura, promovem nova esperança para a realização de debates produtivos entre as ciências da natureza e referências à história, à cultura e às relações sociais. Após meio século de imensos progressos, a biologia inspira a demografia, a partir da genética das populações, mas também a história dos grupos e dos indivíduos. Em uma época de progresso do individualismo e na qual cada vez mais pessoas querem descobrir suas raízes, a biologia, ciência da natureza, se entrelaça de forma espantosa com a história, sobretudo no que concerne à genealogia, com a qual muitos amadores se deleitam. Ao mesmo tempo, ela permite que a humanidade se projete no futuro de forma inédita.

A biologia moderna, com auxílio da genética, traz novas perspectivas para a criminologia, o trabalho da polícia e da justiça, assim como para a agricultura e a pecuária. Modificou o trabalho da medicina, abriu novos espaços para todos os temas relacionados à reprodução humana. No tocante a esses desafios, não podem as ciências sociais satisfazer-se com simples estudos sobre o funcionamento dos laboratórios, sobre uma proposta de história, de antropologia ou de sociologia da ciência, ou seja, transformar em objeto de pesquisa esse campo de produção do saber em movimento. Tampouco, podem satisfazer-se as ciências sociais em ficar encostadas nos progressos da biologia, de forma instrumental, pensando em seu próprio progresso.

A ideia de decalcar os modelos do saber da biologia para compreender a vida social reaparece de forma cíclica, com destaque o projeto de desenvolvimento de uma

“sociobiologia” que levaria a transpor os raciocínios biológicos sobre a vida social. Essas ideias são preocupantes, pois naturalizam o social. Em compensação, a reflexão conjunta de biólogos e pesquisadores em ciências sociais é rica e há de se desenvolver, notadamente sobre o que está relacionado com a vida e a morte, assim como sobre as decisões que as envolvem.

A biologia não é a única ciência exata que poderia cooperar com as ciências sociais. Todos os assuntos relacionados ao meio ambiente, à água, às novas tecnologias podem ser objeto de uma colaboração que já existe, pelo menos no que tange aos movimentos que tomam conta de tais desafios, cooperação que poderia ser desenvolvida ainda mais. Assim, uma catástrofe definida como natural não deve ser tratada apenas como tal, necessariamente, ela tem implicações sociais, antes e depois de ocorrer. Por exemplo, os danos causados pelo ciclone Katrina em Nova Orleans não se explicam apenas pelas forças da natureza. Estão relacionados também com a incompetência da administração do Estado que não tinha tomado as medidas apropriadas para barrar ou bombear as águas do Mississipi. Além do mais, as destruições afetaram maciçamente negros pobres e em muito menor proporção os brancos das classes médias. Da mesma forma, no momento do drama, e depois, a forma como os socorros foram organizados nada deve aos modelos relacionados com a natureza. Aqui é possível perceber como os pesquisadores em ciências sociais podem ou deveriam trabalhar com as ciências “duras” para prevenir de forma inteligente destruições parecidas ou reduzir seus impactos, trazendo tanto um senso crítico como uma preocupação em identificar o que pode ser útil, tomando conta das lógicas de dominação, de exclusão ou de desprezo exacerbadas por uma grande catástrofe.

Na lanterna de outras disciplinas?

Em certos casos, as ciências sociais ficaram na lanterna, se comparadas a outras disciplinas. Por exemplo, se consideramos a formação dos grandes debates contemporâneos sobre o tratamento dos pedidos de reconhecimento e do multiculturalismo. Nesse caso, é a filosofia política que estava livrando-se de um longo período de recuperação que ficou na ponta dos debates com a importante figura de Charles Taylor, no Canadá, e, nos Estados Unidos, com todos aqueles que se dividiram entre “liberals” e “comunitarians”, em torno da obra fundadora *Theory of justice* (1971), de John Rawls. Esse livro não trata de forma alguma dos desafios do reconhecimento e das diferenças culturais, mas suas teses foram criticadas, com razão, por filósofos que recusavam a ideia de Rawls segundo a qual os indivíduos podiam ser reduzidos a abstrações e insistiam, em direção contrária, em fixar cada pessoa no cenário de suas identidades coletivas, nacionais, religiosas, culturais etc.

A força da filosofia política consiste em manejar ideias e princípios sem passar pelo teste do campo, ou muito pouco. Assim, podemos pensar que um diálogo criativo deveria surgir entre os pesquisadores em ciências sociais e os filósofos políticos ou jurídicos sobre os desafios que, hoje, interessam as opiniões e que estão no centro do espaço público: a justiça, o reconhecimento, os direitos humanos etc. Para as ciências sociais, isso implica uma orientação mais nítida do que acontece na direção de preocupações gerais, políticas, históricas, a debaterem com aqueles que as teorizam, as levantam e constroem conhecimentos concretos sobre a vida social, as respostas que existem frente a esses desafios ou sobre as esperanças práticas e reais de grupos, minorias ou indivíduos.

Nesse caso também é no âmbito das ciências sociais que os atrasos e as dívidas são observados. Assim, os fenômenos migratórios foram descobertos ou redescobertos na França, em meados dos anos 1980, por historiadores – Yves Lequin, Gérard Noi-riel – muito antes das abordagens da pesquisa sociológica.

As ciências não são tudo!

Entre os objetos estudados pelos pesquisadores e os próprios pesquisadores existe uma grande diversidade de profissionais que, sem serem atores, nem pesquisadores, possuem saberes, competências e capacidade para contribuir de forma útil à produção de conhecimentos. Assim, há muito tempo, na Europa, grandes estudos foram produzidos por comissões parlamentares, associações filantrópicas, médicos, higienistas e, justo entre as duas grandes guerras do século passado, nos Estados Unidos, a Escola de Chicago aproximava-se dos trabalhadores sociais e dos educadores.

Nos anos 1960, e no início dos anos 1970, em um verdadeiro alarido criativo, reuniam-se, de um lado, pesquisadores em ciências sociais, marxistas (como Henri Lefebvre ou Manuel Castells) ou não marxistas (como Richard Sennett) e, de outro lado, profissionais do urbanismo e da arquitetura. Em vários países ocidentais, era preciso, naquela época, pensar a cidade e sua importância em relação às contribuições da produção, mas também ter um impacto sobre as políticas urbanas, sobre as concepções do espaço que formariam programas de habitação, novas cidades, renovação de centros urbanos etc. Além do mais, era preciso ficar atento ao que diziam os seus moradores ou aqueles que sofreriam de operações de renovação urbana e da “gentrificação” de vários bairros populares. Essa cooperação era fortemente crítica, mas tinha também grande capacidade em inspirar políticas do espaço urbano ou em contribuir à sua definição. Os pesquisadores em ciências sociais traziam suas competências, às vezes de forma militante, e, ao mesmo tempo, alimentavam suas pesquisas dessas experiências.

Desde então muitas águas correram por debaixo da ponte e, de forma lastimável, se separaram. Não se trata de saudosismo e de um sonho de desejar a volta para o passado, mas da ideia que é possível reatar tipos parecidos de laços, de reaproximar os pesquisadores daqueles que fazem as cidades de hoje – aliás, o que acontece novamente em relação à pesquisa sobre a cidade global, por exemplo. Quando as ciências sociais começaram a se desenvolver, as sociedades que estudavam estavam apenas iniciando sua urbanização. Seus pesquisadores estavam preocupados com essa novidade, muitas vezes indissociável, da industrialização. Hoje, mais de cinquenta por cento dos homens do mundo vivem em cidades, o que constitui um imenso conjunto de desafios para as ciências sociais: como operam as lógicas que determinam a cidade, espaço organizado e planejado e lugar de condutas sem controle e de um desenvolvimento selvagem? Em que consiste a construção de espaços públicos? O que esperam os moradores ou os usuários da cidade, o que podem querer eventuais movimentos sociais urbanos? Podemos realmente falar que as cidades apresentam um “desenvolvimento sustentável”, isso não seria uma utopia ou mesmo uma ideologia? Sair da atual crise com a ajuda de cidades “verdes” seria um cenário possível? Quais laços as cidades e as outras regiões dos países em questão poderiam estabelecer entre si? As ciências sociais têm tudo para estreitar relações de trabalho no que diz respeito a todo um leque de desafios que poderíamos chamar de “urbanos”, isto é, com competências profissionais, atores institucionais e políticos, trabalhadores sociais, arquitetos, designers, urbanistas etc., pois elas têm muito a propor e muito a aprender.

Existe um imenso espaço de colaborações possíveis para os pesquisadores interessados com a sociedade, e não apenas com as ciências da sociedade. Além do mais, embora limitadas, experiências deveriam ser desenvolvidas, como estes dois exemplos: o primeiro tem a ver com a justiça, mais particularmente como a justiça indenizatória, cujo projeto consiste em inventar, para atos de delinquência ou crimes, penas alternativas, diferentes das penas clássicas que levam à cadeia. Essa prática corresponde a uma inflexão considerável da própria ideia de justiça, visto que se trata mais de entender os prejuízos causados aos indivíduos, às vítimas e, eventualmente, a uma comunidade concreta, mesmo que pequena, lesada por um delinquente, do que de castigar um ato de desordem ou uma crítica do Estado. A pesquisa em ciências sociais tem um papel importante na avaliação desta justiça, pois quando antropólogos, sociólogos, criminalistas participam da definição da decisão ou se interessam por seu impacto sobre as vítimas, os autores do crime ou do ato delinquente, ou até sobre a coletividade diretamente afetada, permitem que os atores e as autoridades entendam as consequências, sem se afastarem de uma definição profissional deles próprios, além de proporcionar um acúmulo mais de conhecimentos.

O segundo exemplo está relacionado aos comitês de ética clínica que existem em vários hospitais. Esses comitês reúnem médicos, funcionários de saúde, juristas, filósofos, pesquisadores em ciências sociais etc., que são chamados muito mais para resolver questões específicas e individuais ligadas à vida ou à morte do que para resolver problemas coletivos ou propor regras gerais. Antes de apresentar uma interpretação que, eventualmente, servirá à tomada de decisão do país e dos médicos, entre outros, eles consultam, escutam, refletem de forma conjunta. Aqui também, as ciências sociais apoiam um processo concreto, sem se substituir aos atores, assim como acumulam conhecimentos coproduzidos pelos pesquisadores.

Nesses dois exemplos, as ciências sociais participam da solução de problemas específicos, enquanto conhecimentos produzidos para cada caso em específico. Todavia, isso não deve impedir os pesquisadores de refletirem sobre as consequências gerais de suas ações, de inscrevê-las em um ambiente científico e, ao mesmo tempo, cívico, moral ou político, para produzir publicações que não se limitem a uma singela descrição de caso, mas que participem da formação de debates e colóquios gerais, novas contribuições para um novo paradigma de justiça ou de ética médica.

Finalmente, não podemos subestimar a contribuição da literatura nas ciências sociais. De fato, o romance sempre apresentou modos de análises, descrições de complexidade e sutileza excepcionais que levaram, de forma simétrica e geral, as maiores figuras das ciências sociais a cuidarem da escrita. Hoje, para entender o terrorismo, não valeria mais ler Dostoiévski ou Camus do que a prosa dos pesquisadores, até mesmo especialistas? Para entender o que foi a grande depressão nos campos americanos, o melhor não seria ler Steinbeck? O desenvolvimento recente das *"digital humanities"* poderia permitir uma aproximação inovadora das humanidades com os estudos literários, por um lado, e com as ciências sociais, por outro.

Limites e tabus

A pesquisa nas ciências sociais precisa, entre outras coisas, de liberdade. Os pesquisadores devem ter a oportunidade de escolherem as questões que desejam tratar, sobre as quais buscam formular hipóteses, decidir o método etc. Esse princípio, contudo, enfrenta duas limitações.

A primeira tem a ver com o que podemos chamar de demanda social, ela mesma influenciada ou até comandada por instâncias públicas ou privadas. Assim, para conseguir os recursos necessários, o pesquisador é obrigado a conseguir uma autorização de financiamento, de bolsa, de programas, de licitação que são considerados como a expressão do próprio interesse geral. Existe uma tendência muito forte no âmbito das instituições públicas nacionais, das grandes fundações privadas

ou de organismos internacionais, como a Unesco, que considera que a pesquisa em ciências sociais deve servir às políticas públicas e a ajudar, de forma direta, à definição de projetos concretos, por exemplo, de desenvolvimento, de saúde, de educação etc. Essa tendência é de fácil entendimento: se as ciências sociais são financiadas pela coletividade, pelo poder público, por instituições privadas ou públicas que buscam o interesse geral, elas não deveriam ser úteis e instrumentais? No entanto, essa visão apresenta um grave risco, pois isso pode levar a desfigurar a pesquisa em relação a suas dimensões reflexivas e, sobretudo, críticas, transformando-a em expertise, finalmente parecida com as atividades dos consultores – que são respeitáveis, mas que não operam no âmbito das ciências sociais. Essa tendência fica mitigada quando há licitações “brancas” ou assimiláveis que fazem com que os pesquisadores possam apresentar projetos sem nenhuma especificação precisa. Mesmo assim, se as ciências sociais não cederem, os recursos poderão ser direcionados por aqueles que os controlam para ONGs alinhadas com seus objetivos de eficácia – embora cada vez mais ONGs estejam estimulando pesquisas em ciências sociais.

A outra limitação à liberdade dos pesquisadores tem a ver com o funcionamento de suas estruturas, com a integração de normas que não são todas de ordem científica. A pesquisa é institucionalizada, organizada no âmbito da universidade ou de outras instituições públicas, o que leva a delimitar o espaço intelectual e a enquadrar o trabalho dos pesquisadores. Aliás, as instituições de pesquisa têm cada vez mais dificuldades para estabelecer códigos ou acordos que podem definir com precisão o que é aceitável ou não em relação às práticas de pesquisa. Consequentemente, tornou-se impossível levar adiante pesquisas sobre uma minoria, no Reino Unido, sem que a equipe de pesquisa esteja composta por membros dessa minoria; e, em outros países, as universidades exigem que os pesquisadores peçam uma autorização escrita para os seus entrevistados.

Se essas regras tivessem entrado em vigor no passado, decerto estaríamos órfãos da maior parte da produção antropológica ou sociológica relacionada aos estudos e trabalhos de campo. Mas, a bem da verdade, é preciso dizer também que essa produção de conhecimentos se pretendia universal e não se dava conta das relações de dominação, por exemplo, colonial que a condicionava.

Aqui, o problema não se resume à defesa da supressão de regras, consiste mais em verificar se a definição de códigos, de acordos e de normas é feita mediante uma participação ativa e maciça daqueles que são os primeiros interessados e que sabem do que se trata, ou seja, os pesquisadores, e não os administradores e gestores da universidade, pois é preciso entender que os “objetos” são, em realidade, sujeitos.

As disciplinas das ciências sociais reproduzem cada uma à sua maneira, e de forma diferente em cada país, uma vulgata profissional que, no âmbito da pesquisa e do ensino, fixa regras metodológicas ou limites teóricos dentro dos quais os conhecimentos podem ser produzidos. Consequentemente, vários constructos, vários questionamentos são dificilmente abordados, exceto quando se adota uma atitude não conformista que pode custar caro em termos de trajetória profissional e de carreira. Por exemplo, logo na introdução à sociologia, o estudante aprende com o Émile Durkheim que é preciso explicar o social pelo social. Porém, como ele poderá depois disso trabalhar com biólogos, especialistas do clima, engenheiros, juízes, médicos que não são balizados por esse princípio canônico?

Da mesma forma, a educação e a formação em pesquisa insistem muito sobre a neutralidade axiológica do pesquisador, sua exterioridade em relação ao estudo de uma ação, de uma situação, de um grupo etc. Essa injunção é particularmente forte quando se trata da religião, campo crucial para as ciências sociais. Todavia, não seria possível discutir essa ideia? Praticantes, cientistas que têm a fé não poderiam contribuir com a divulgação de fatos religiosos de dentro, e não somente de fora, como é o caso da obra de Robert Wuthnow, nitidamente influenciada pelo pensamento de Robert N. Bellah? Após meio século de declínio religioso nas sociedades ocidentais, de “desencantamento do mundo”, de acordo com a famosa expressão de Max Weber, desde os anos 1980, a questão da “volta de Deus” está presente, e não apenas nas sociedades muçulmanas ou no Islã. Para entender esse fato importante, também exemplificado pelo crescimento de Igrejas evangélicas no mundo inteiro, não é suficiente contar o número de fiéis e pregar uma análise fria, distante e externa. É preciso ainda, e sobretudo, ser capaz de compreender o significado do verbo “crer”, de entender o que quer dizer em relação à experiência pessoal e coletiva dos indivíduos. Tudo isso implica aceitar a ideia de que a modernidade inclui a religião e não o seu combate, como em versões mais radicais do Iluminismo ou da laicidade. Tal pensamento pode integrar pessoas enquanto religiosas, a partir do momento em que aceitem certa reflexividade – que, necessariamente, está inscrita dentro de uma reflexão sobre a secularização. Durante muito tempo, o método das ciências sociais exigiu dos pesquisadores que se posicionassem fora de seu objeto. Não seria o momento de defender o fato de que toda e qualquer pesquisa deveria apresentar uma reflexão sobre a relação do pesquisador com o seu objeto, sobre a natureza de sua implicação, das dificuldades e das contribuições que ela traz?

Por outro lado, os pesquisadores interiorizam normas morais e políticas mais amplas e mais difusas que impedem vários questionamentos ou tornam impossível o uso de certas categorias, como se elas não tivessem o seu lugar dentro da sociedade estudada – mesmo se podem ocorrer em outras sociedades, pois, nesse caso, as diferenças nacionais são consideráveis. Aliás, os tabus e os preconceitos mudam e

se deslocam no tempo, como no caso dos já citados assuntos “impróprios”, indignos de pesquisa, a exemplo, na França, dos estudos sobre a polícia ou sobre o terrorismo. Na França, é proibido falar em “raças humanas”, pois isso equivale a ser racista, enquanto em outras sociedades não há uma tal conotação, há até mesmo uma mudança nos parâmetros: nos Estados Unidos, conforme a opinião de pesquisadores da African-American, que dirigiram comitês de propostas de resoluções, a American Sociological Association considera que a “raça” existe como constructo social que se tornou realidade, enquanto a associação de antropologia considera que “raça” não existe. E, para aqueles que consideram que o debate com a biologia é importante, a questão se complica, pois, sem falar em “raças”, e além de racismo, os biólogos demonstraram que, por um lado, cientificamente, a noção de raça não existe e que, por outro lado, o patrimônio genético de certas populações difere de outras e que doenças como a drepanocitose (doença falciforme) afetam mais determinados grupos humanos do que outros, ou que o metabolismo singular de certos grupos pede tratamentos medicamentosos ou posologias particulares. O reconhecimento de diferenças biológicas, sem, portanto, deduzir deles desigualdades intelectuais, morais ou sociais, constitui uma boa base de reflexão comum dos biólogos com os pesquisadores em ciências sociais.

O tabu pode estar relacionado a uma conjuntura política e intelectual. Assim, nos anos 1960, e ainda nos anos 1970, era possível atribuir à violência certa legitimidade, notadamente em razão da radicalização de certas lutas ou por causa das ideologias revolucionárias da época. Hoje, isto é impossível. Ontem, certas formas de violência eram conhecidas fora do debate público, em âmbitos privados, confinadas em instituições que não faziam nada para condená-las: doravante, a violência dos homens sobre as mulheres ou dos adultos sobre as crianças constitui um desafio público; a revolução e sua sucedânea – o terrorismo – tornaram-se islâmicos e são rechaçados no Ocidente. A violência tornou-se um mal absoluto, o que, evidentemente, pesa sobre as pesquisas que a elege por objeto.

Da mesma forma, até os anos 1950, a assimilação era geralmente considerada como o melhor cenário para os migrantes ou as minorias. Hoje, foi desqualificada, às vezes até com excessos: a mobilidade ascendente dos membros de um grupo dominado ou que chegou recentemente em um novo país não teria a ver mais especificamente com sua capacidade em se misturar no *melting pot* ou na estrutura da nação? Enxergar tais hipóteses – aqui o objetivo não consiste em defendê-las, mas em formular um simples questionamento – pode até levar ao enfrentamento dos novos tempos e de ideias que angariaram, em alguns poucos anos, uma força excepcional.

O tabu pode ser tanto colocado pela mobilização de um ator envolvido como removido por ele mesmo. Por exemplo, as ciências sociais não estão totalmente livres do

“politicamente correto”: existem sensibilidades ligadas às várias dimensões dos movimentos sociais e culturais, mas também pressões para que elas adotem um estilo, um vocabulário, categorias, comportamentos que podem levar ao ridículo. Elas são também sensíveis a tudo que vem de atores mobilizados em torno de uma memória “vitimária”, cujas ações podem igualmente trazer resultados opostos. De um lado, fazem com que as ciências sociais tratem temas até então proibidos, acabem com o silêncio, se interessem com pedidos de reconhecimentos que modificarão a história, pesarão sobre a vida política, animarão a “concorrência das vítimas”: abrem novos espaços para as ciências sociais que, aliás, podem ter um papel bastante importante no momento de acompanhar tais atores. Mas, por outro lado, eles podem também tentar impor um ponto de vista que bloqueará a pesquisa, afirmando, por exemplo, uma verdade histórica que além de dispensar todo e qualquer estudo sobre pontos específicos da história, transformarão em suspeito um pesquisador interessado por eles ou um professor que levará os seus estudantes a contestar essa afirmação.

Em época de crise econômica, as ciências sociais são as primeiras a correrem o risco de serem as vítimas dos cortes orçamentários, ou pior, de serem desqualificadas ou qualificadas como inúteis ou irrisórias perto das dificuldades vividas. Elas têm a tarefa de se comprometer a pensar na crise em tempo real, de trazer elementos para uma melhor compreensão dos cidadãos e responsáveis políticos: em 1929, as ciências sociais ficaram de fora das análises da Grande Depressão, seria bom evitar essa singularidade com a crise contemporânea.

Em realidade, nossas sociedades precisam muito da contribuição das ciências sociais para evitar as imposições do curto prazo e da conjuntura, para se pensar no âmbito do mundo atual, para transformar a crise em debate e em conflitos institucionalizados de onde sairão as respostas das quais precisamos. As ciências sociais devem buscar os meios de articular o particular com o geral, de se abrir em relação à vida social conforme ela é, de se comprometer, de trabalhar com outras disciplinas, de confirmar, mais do que nunca, suas capacidades em fornecer análises rigorosas, documentadas e críticas. Com isso elas têm tudo a ganhar e a fazer com que ganhem todos.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. *Le système des objets*. Paris: Gallimard, 1968.

BECK, Ulrich. *Der Kosmopolitische Blick oder: Krieg ist Frieden*. Berlin: Suhrkamp, 2004.

CROZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard. *L'acteur et le système. Les contraintes de l'action collective*. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

GOULDNER, Alvin W. *The coming crisis of western sociology*. New York: Basic Books, 1970.

HOROWITZ, Irving. *The decomposition of sociology*. New York: University Press, 1993.

KALDOR, Mary. *New and old wars*. Cambridge (UK): Polity Press, 2006.

LEPENIES, Wolf. *Die drei Kulturen. Soziologie zwischen Literatur und Wissenschaft*. Munich: Hanser-Verlag, 1985.

MARX, Karl. Le XVIII Brumaire de Louis Bonaparte. Paris: Mille et Une Nuits, 1997 [1852].

MILLS, C. Wright. *The sociological imagination*. New York: Oxford University Press, 1959.

NISBET, Robert. *The sociological tradition*. New York: Basic Books, 1966.

RAWLS, John. *Théorie de la justice*. Paris: Éditions du Seuil, 1987 [1971].

WALLERSTEIN, Immanuel (Dir.). *Ouvrir les sciences sociales. Rapport de la Commission Gulbenkian pour la restructuration des sciences sociales*. Paris: Descartes & Cie, 1996.

